

CAPÍTULO 13

AMAMENTAÇÃO NO CONTEXTO DA MULHER COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Rafaela Perni dos Santos Leonardo
Millena Duarte de Paula
Adriana Bispo Alvarez
Jane de Carlos Santana Capelli
Fernanda Amorim de Moraes Nascimento Braga

RESUMO

Este trabalho visa discutir a promoção, apoio e proteção do aleitamento materno no contexto da mulher com deficiência e a formação do profissional de saúde na conjuntura biológica e social. Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados SCIELO e PUBMED, em português, espanhol e inglês, por meio dos seguintes descritores: *aleitamento materno; formação profissional em saúde e pessoas com deficiência*. Foram usados também livros-textos recentes e Trabalhos de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), considerando a relevância dos materiais, os quais foram selecionados para leitura e escrita. A revisão demonstrou que o aleitamento materno para mulheres com deficiência ainda é um desafio. Atualmente, 24% da população brasileira declarou ter algum grau de deficiência. Essa condição pode ser um obstáculo para a promoção e apoio ao aleitamento materno devido a inúmeros fatores ou práticas discriminatórias do profissional, causando como consequência o desmame precoce. Visto isso, faz-se necessário a discussão do tema e reforço no preparo profissional, durante a formação, uma vez que este atuará como importante rede de apoio na promoção e proteção do aleitamento materno. Apesar do conteúdo teórico do aleitamento materno ser abordado em disciplinas específicas dos cursos das áreas da saúde, estes normalmente não são suficientes para a formação. A fim de envolver todos os discentes, uma estratégia a ser adotada é incluir o tema nas disciplinas ou práticas dos estágios supervisionados, para contribuir na construção do aprendizado, com o fortalecimento do teórico-prático e promover efetivamente o aleitamento materno, em todos os públicos, a fim de melhorar os indicadores de saúde materno infantil no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento materno. Pessoas com deficiência. Formação profissional em saúde.

1. INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é a estratégia mais natural de vínculo, afeto, proteção e nutrição para a criança e constitui também a mais econômica e eficaz intervenção para redução da morbimortalidade infantil. Além disso, a amamentação permite um grandioso impacto na promoção da saúde integral de mulheres, crianças e sociedade (BRASIL, 2015). A Organização Mundial de Saúde (OMS), juntamente com o Ministério da Saúde do Brasil (MS) recomendam que o aleitamento materno exclusivo (AME) ocorra até os seis meses, sem a necessidade de complementação e, a partir daí, de forma complementar até os dois anos ou mais. Assim, entende-se por aleitamento materno exclusivo aquele em que a criança só é alimentada com leite materno, sem sucos, chás, água ou qualquer tipo de alimento (BRASIL, 2019).

Apesar da importância amplamente documentada, apenas quatro em cada dez crianças são amamentadas exclusivamente nos primeiros seis meses de vida em todo o mundo. No Brasil, dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), de 2019, mostraram que crianças com idade inferior a quatro meses, a prevalência do aleitamento materno exclusivo foi de 60,0% no Brasil, sendo o percentual mais elevado na região Sudeste (63,5%) e menor no Nordeste (55,8%). O predomínio do AME entre as crianças com menos de seis meses de idade foi de 45,7% no Brasil, sendo essa prática mais frequente na região Sul (53,1%) e menos na região Nordeste (38,0%) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2019).

As causas para o desmame ou a introdução precoce de bebidas e alimentos são inúmeras. Segundo a literatura científica, a desinformação da população, incluindo os profissionais da saúde, é tida como uma das principais causas (MACEDO, 2022; DA SILVA, 2020). O percentual de difusão de informações errôneas se assemelha ao percentual de mães que abandonam a amamentação sob a alegação de que “*o leite não sustenta*”, o que evidencia a importância da capacitação dos profissionais de saúde como pilar para a promoção, proteção e apoio do aleitamento materno (ALMEIDA; LUZ; UED, 2015). Neste sentido, a formação acadêmica e profissional deve sustentar a base teórica e prática para este importante indicador de saúde pública.

Atualmente, a capacitação profissional em aleitamento materno, durante a graduação, ocorre nas disciplinas específicas dos cursos, como as voltadas para a saúde da mulher e criança, que abordam temas gerais, entre eles: fisiologia da lactação, políticas públicas para a promoção e proteção da amamentação, manejo clínico e condutas nas principais intercorrências. No entanto, sabe-se que os principais temas abordam estratégias direcionadas apenas à população sem deficiência.

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 46 milhões de brasileiros ou 24% da população, declararam ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus) ou possuir deficiência mental e intelectual. Este dado impacta na organização da sociedade, sendo mister que os programas, as ações e as estratégias no campo das políticas públicas brasileiras traçados pelos gestores governamentais, consigam garantir a integralidade, equidade, dentre outros princípios, no atendimento as necessidades desse grupo populacional.

A Universidade deve garantir o direito ao ensino de qualidade para os alunos com deficiência, e trabalhar desenvolvendo em todos eles um olhar inclusivo, capacitando-os de forma a serem profissionais que vivam e estejam aptos para realizar a inclusão. É esperado que em algum momento da vida profissional haja contato com mulheres com deficiência, como por exemplo, aquelas com limitações auditivas ou visuais e, ao apresentarem limitações com a amamentação, seja necessário a intervenção e apoio. É imperativo não esquecer que o modo como o profissional da saúde aborda as mulheres durante o aconselhamento materno, afeta diretamente o estabelecimento do vínculo, entendimento, confiança e adesão. Para isso, é necessário que haja um conjunto de competências de comunicação, para que o profissional seja capaz de entender como a mulher se sente e, neste sentido, conseguir apoiar efetivamente a família, contribuindo com a promoção do aleitamento materno (GALVÃO, 2011).

O apoio do serviço de saúde nas circunstâncias de alguma deficiência deve propiciar o aumento do vínculo entre os profissionais e a dupla mãe-bebê e a família, bem como consolidam direitos humanos de forma inclusiva (BRASIL, 2015). Visto o exposto, por meio da revisão bibliográfica, este estudo visa discutir a promoção, apoio e proteção do aleitamento materno no contexto da mulher com deficiência e a formação do profissional de saúde na conjuntura biológica e social.

2. MÉTODOS

Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados SCIELO e PUBMED, em português, espanhol e inglês, por meio dos seguintes descritores, utilizados isoladamente e em combinação: *aleitamento materno; formação profissional em saúde e pessoas com deficiência*. Foram usados também livros-textos recentes e Trabalhos de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), considerando a relevância dos materiais, os quais foram selecionados para leitura e escrita. O recorte temporal delimitado é referente aos artigos dos últimos 15 anos.

3. ALEITAMENTO MATERNO

O leite materno é o alimento ideal para o bebê, uma vez que é produzido pelo corpo da mulher de forma personalizada para seu filho, atendendo as necessidades apresentadas por ele nos primeiros anos de vida. Atualmente são conhecidos no leite materno mais de 200 constituintes celulares e nutricionais que serão fundamentais para o crescimento e desenvolvimento corporal, imunológico e cognitivo (FAVARETTO *et al.*, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2016).

As pesquisas mostram que o aleitamento materno oferece benefícios para crianças e mulheres. De acordo com o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos (2019), o leite materno protege a criança de infecções comuns enquanto ela estiver sendo amamentada, como diarreias, infecções respiratórias, infecções de ouvidos (otites) e outras. Além disso, estudos mostram que a amamentação é capaz de prevenir o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na vida adulta, dentre elas, as Doenças Hipertensivas e Diabetes (BRASIL, 2019; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2016). Outros benefícios estão ligados à inteligência, visto que o conteúdo nutricional do leite materno é capaz de melhorar a cognição geral da criança, habilidades de linguagem e habilidades motoras grossas. Assim, sabe-se que a amamentação promove maior volume cerebral na adolescência, suportando a ideia que o leite materno impacta positivamente no Quociente de Inteligência (QI) e, portanto, não amamentar está associado com menor inteligência e perdas econômicas de aproximadamente 302 bilhões de dólares anualmente ou 0,49% do produto nacional bruto mundial (VICTORA *et al.*, 2016; PANG *et al.*, 2019; ISAACS *et al.*, 2010).

Para a saúde das mulheres, sabe-se que as mães que amamentam também são protegidas, principalmente contra o desenvolvimento de DCNT, como o Diabetes e a obesidade, mas também contra o câncer de mama. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), as mulheres que amamentam também reduzem os riscos para este tipo de câncer em aproximadamente 5% a cada ano de amamentação (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, n.d.). Para o planeta, é necessário lembrar que o leite materno é um alimento natural e renovável, naturalmente produzido e que não gera resíduo, como a indústria alimentícia faz com as fórmulas lácteas. Desta forma, a amamentação também contribui para o meio ambiente e reduz a poluição (VICTORA *et al.*, 2016; NAÇÕES UNIDAS n.d.).

Dados os inúmeros benefícios apresentados era de se esperar que a prevalência da amamentação no Brasil fosse elevada, no entanto, 60% dos bebês com idade inferior a quatro meses estão em AME (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2019). Na década de 1980, a prevalência era de quase 3% e a evolução significativa dos últimos 30 anos deve-se às Políticas Públicas em prol da amamentação, tais como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), criada em 1990 pela OMS e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (BRASIL, 2006). O objetivo do IHAC é promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, tendo como estratégia os Dez Passos Para o Sucesso do Aleitamento Materno, que propiciam a amamentação a partir de práticas e orientações no período pré-natal, no

atendimento à mãe e ao recém-nascido ao longo do trabalho de parto e parto, entre outras) (BRASIL, 2011). Assemelhando-se ao IHAC, a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro criou em 1999 a Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAM), que visa introduzir a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na atenção básica. Essa iniciativa propõe a implantação dos Dez Passos para o Sucesso da Amamentação nas unidades primárias de saúde (ALVEZ; OLIVEIRA; MORAES, 2013). O quadro 1 apresenta os dez passos em ambas as iniciativas.

As razões para o desmame são complexas, tais como a própria amamentação. Dentre os principais motivos tem-se a introdução de bicos artificiais, como as chupetas e mamadeiras, que podem promover um impacto negativo na duração do aleitamento materno, assim como a introdução precoce de alimentos, ou seja, antes dos seis meses, com a oferta de água, chás e outros leites. A II Pesquisa de Prevalência do Aleitamento Materno identificou no Brasil alta prevalência do uso de mamadeira (58,4%) e de chupeta (42,6%) no primeiro mês de vida. Além disso, esse estudo identificou a introdução de alimentos não recomendados para saúde de crianças entre 3 e 12 meses de vida (BRASIL, 2009; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2016)

A existência de uma rede de apoio pode ser um fator determinante para a adoção e manutenção da prática da amamentação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2016). Nesse caso, o suporte da equipe de saúde durante o ciclo gravídico-puerperal é de importância fundamental. As consultas de pré-natal são um momento fundamental para orientar as mães sobre a prática do aleitamento materno, pois é quando as mulheres estão em contato constante com os profissionais, que podem orientar e incentivá-las a amamentar (DIAS *et al.*, 2018).

Quadro 1: Dez passos para a amamentação no âmbito das Iniciativas Hospital Amigo da Criança (IHAC) e Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAM).

Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC)	Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAM)
1 – Ter uma política de aleitamento materno escrita que seja rotineiramente transmitida a toda equipe de cuidados de saúde.	1 – Ter uma norma escrita quanto à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno que deverá ser rotineiramente transmitida à toda equipe da unidade de saúde.
2 – Capacitar toda a equipe de cuidados de saúde nas práticas necessárias para implementar esta política.	2 – Treinar toda a equipe da unidade de saúde, capacitando-a para implementar essa norma.
3 – Informar todas as gestantes sobre os benefícios e o manejo do aleitamento materno.	3 – Orientar as gestante e mães sobre seus direitos e as vantagens do aleitamento materno, promovendo a

<p>4 – Ajudar as mães a iniciar o aleitamento materno na primeira meia hora após o nascimento.</p> <p>5 – Mostrar às mães como amamentar e como manter a lactação mesmo se vierem a ser separadas dos filhos.</p> <p>6 – Não oferecer aos recém-nascidos bebidas ou alimentos que não seja o leite materno, a não ser que haja indicação médica.</p> <p>7 – Praticar o alojamento conjunto, permitir que mães e recém-nascidos permaneçam juntos 24 horas por dia.</p> <p>8 – Incentivar o aleitamento materno sob livre demanda.</p> <p>9 – Não oferecer bicos artificiais ou chupetas às crianças amamentadas.</p> <p>10 – Promover a formação de grupos de apoio à amamentação e encaminhar as mães a esses grupos na alta da maternidade. ¹⁵</p>	<p>amamentação exclusiva até os seis meses e complementada até os dois anos de vida ou mais.</p> <p>4 – Escutar as preocupações, vivências e dúvidas das gestantes e mães sobre a prática de amamentar, apoiando-as e fortalecendo sua autoconfiança.</p> <p>5 – Orientar as gestantes sobre a importância de iniciar a amamentação na primeira hora após o parto e de ficar com o bebê em alojamento conjunto.</p> <p>6 – Mostrar às gestantes e mães como amamentar e como manter a lactação, mesmo se vierem a ser separadas de seus filhos.</p> <p>7 – Orientar as nutrizes sobre o método da amenorreia lactacional e outros métodos contraceptivos adequados à amamentação.</p> <p>8 – Encorajar a amamentação sob livre demanda.</p> <p>9 – Orientar as gestantes e mães sobre os riscos do uso de fórmulas infantis, mamadeiras e chupetas, não permitindo propaganda e doações destes produtos nas unidades de saúde.</p> <p>10 – Implementar grupos de apoio à amamentação acessíveis a todas as gestantes e mães, procurando envolver os familiares. ¹⁶</p>
---	---

Fonte: Autoria própria (2022).

3.1 O contexto da deficiência no Brasil

O IBGE, no Censo de 2010, apontou a prevalência de 3,4% de brasileiros com deficiência visual, seguida pela deficiência motora (2,3% da população) e deficiência auditiva (1,1% da população) (IBGE, 2010). No entanto, em 2019, por meio da Pesquisa Nacional de Saúde, o IBGE estimou 17,3 milhões de brasileiros maiores de dois anos ou mais de idade apresentando algum tipo de deficiência, representando 8,4% dessa população; das quais 14,4 milhões residiam em domicílios urbanos e 2,9 milhões em domicílios rurais. Segundo Regiões brasileiras, a Região Nordeste apresentou 9,9% de pessoas com deficiência, seguida da Região Sudeste (8,1%), Região Sul (8,0%), Região Norte (7,7%), e Região Centro-Oeste (7,1%). Cabe destacar que todas as Unidades da Federação localizadas na Região Nordeste apresentaram percentuais acima da média nacional (IBGE, 2021).

Em relação a cor, a preta representou 9,7% das pessoas com deficiência, sendo superior àqueles que se declararam pardas (8,5%) e brancas (8,0%); quanto ao grau de instrução, 67,6% da população com deficiência não tinham instrução ou tinha somente o fundamental incompleto. Na população de 18 anos ou mais com deficiência, 5,0% tinham nível superior

completo; e 16,6% ensino médio completo (ou superior incompleto) (IBGE, Censo Demográfico 2021).

Segundo tipo de deficiência, a deficiência visual representou 3,4% da população com muita dificuldade ou não conseguir de modo algum enxergar, representando cerca de 7 milhões de brasileiros. Quanto as pessoas com deficiência auditiva, 2,3 milhões declararam ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum ouvir, constituindo 1,1% da população. As pessoas com deficiência física representaram 7,8 milhões de pessoas; e 1,2% da população com 2 anos ou mais de idade (2,5 milhões de pessoas) tinham deficiência mental (IBGE, 2021).

Nesta revisão, destaca-se que a população feminina acima dos dois anos ou mais de idade, apresentou maior proporção de deficiência (9,9%; 10,5 milhões) quando comparada a população masculina (6,9%, 6,7 milhões). Uma possível explicação a essa diferença pode ser em função da maior expectativa de vida ao nascer das mulheres (80,1 anos) em relação aos homens (73,1), em 2019, segundo a Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2019 (IBGE, 2021).

Diante deste cenário, ressalta-se a relevância destes dados para as intervenções educativas traçadas a este grupo, como o incentivo a prática do aleitamento materno, objeto de estudo desta revisão, pois somente serão efetivas se delineadas respeitando-se as suas características e peculiaridades.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 23, capítulo II assegura os direitos das pessoas portadoras de deficiência, determinando que “é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências.” (BRASIL, 1988). Outros instrumentos legais vêm sendo estabelecidos, a fim de regulamentar os ditames constitucionais relativos a esse segmento populacional. Nesse sentido, destacam-se as Leis nº 7.853/89 (sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social), nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), nº 10.048/00 (estabelecendo prioridades ao atendimento), nº 10.098/00 (determinando critérios para a promoção da acessibilidade), e os Decretos nº 3.298/99 (dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) e nº 5.296/04 (regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00) (BRASIL, 2010).

A Portaria do MS, MS/GM nº 1.060, de 05 de junho de 2022, instituiu a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, que tem como objetivo a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), além de trazer

a necessidade de implementação de abordagens direcionadas as questões do público-alvo. Nesse sentido, cabe destacar a aprovação da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIF), em 2001, pela OMS, cujos princípios enfatizam o apoio, os contextos ambientais e as potencialidades dos indivíduos, ao invés de valorizar as incapacidades e limitações (BRASIL, 2002; BRASIL, 2010).

A partir dessa perspectiva, possibilitou-se a prática da reabilitação e da inclusão social, de forma que o foco passou a ser tudo aquilo que o indivíduo pode fazer dentro de suas condições, visando melhorar suas potencialidades.

3.1 MULHERES COM DEFICIÊNCIA E AMAMENTAÇÃO

A gravidez e maternidade podem ser vistas com tabus culturais, quando inseridas no contexto das mulheres com deficiência, que por vezes, têm as suas habilidades parentais muitas vezes questionadas (SCHILDBERGER; ZENZMAIER; KÖNIG-BACHMANN, 2017). Quase todas as mulheres são biologicamente capazes de amamentar, exceto aquelas portadoras de condições severamente debilitantes. Entretanto, as práticas de amamentação são afetadas por uma ampla gama de fatores históricos, socioeconômicos, culturais e individuais (VICTORA *et al.*, 2016).

Um conceito fundamental para a promoção do aleitamento materno é a autoeficácia em amamentar, que pode ser definida como a confiança da mulher em seus conhecimentos e habilidades para amamentar com êxito seu filho (DIAS *et al.*, 2018). Mães com deficiência vivenciam o ceticismo frequentemente, e isso pode ser explicado pela forma como as pessoas com deficiência ainda são vistas, muitas vezes como não autônomas e dependentes do apoio de outras pessoas (COMMODARI; LA ROSA; NANIA, 2022).

A falta de apoio por parte da sociedade pode ter um impacto negativo na prática da amamentação. Tratando-se de mães cegas, por exemplo, Dias *et al.* (2018) dizem que a amamentação pode ser encarada como um desafio para a mulher, haja vista que simples atos, como banhar, alimentar e administrar medicações, passam a ter dimensões complexas, chegando a gerar estresse e insegurança diante do cuidado de seus filhos (DIAS *et al.*, 2018). Outra dificuldade encontrada por essas mulheres está relacionada aos profissionais de saúde. De acordo com Schildberger *et al.* (2017) as mulheres com deficiência enfrentam um acesso precário aos serviços, assim como barreiras e falta de infraestrutura apropriada. Ainda, essas situações são agravadas com o desconhecimento sobre a deficiência por parte dos profissionais de saúde (médicos, parteiras e enfermeiros), que muitas vezes possuem informação limitada ou

insuficiente, o que gera um apoio inadequado ou inoportuno, com pressupostos e práticas discriminatórias (SCHILDBERGER; ZENZMAIER; KÖNIG-BACHMANN, 2017).

Mesmo com a instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, visando a inclusão das pessoas com deficiência no SUS, apesar da escassez de evidências, é possível supor que ainda persistem grandes desafios para garantir às mulheres com deficiências o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde durante o parto e o nascimento em estabelecimentos desta rede (THOMAZ *et al.*, 2021). No contexto do aleitamento materno, é imprescindível buscar meios tecnológicos e pedagógicos que auxiliem na promoção do acolhimento e das demandas familiares.

Oliveira e colaboradores (2017) elaboraram uma tecnologia assistiva sobre amamentação para pessoas com deficiência visual na modalidade de literatura de cordel em áudio com acesso *online*. O título da tecnologia validada foi “*Amamentação em ação*”, que contou com versos a fim de abordar o referencial teórico, como as vantagens da amamentação para a criança, mitos e tabus sobre amamentação. Cabe dizer que, as mulheres com deficiência visual necessitam da mesma atenção dispensada às mulheres videntes, no que se refere ao cuidado e orientação sobre amamentação, por isso, as formas de abordagem precisam ser apropriadas para que se tenha uma verdadeira compreensão, sendo a tecnologia assistiva e proposta uma boa alternativa (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Segundo Cezário e colaboradores (2016) realizaram um estudo que buscou compreender as vivências de pais cegos nos cuidados com a amamentação. O estudo mostrou que assim como os videntes, as pessoas cegas demandam informações em saúde e suporte profissional para o aleitamento materno eficaz. As dificuldades frente ao processo de aleitamento também são relevantes, demandando enfrentamentos de diversas naturezas tais como percepção de produção insuficiente de leite materno e intercorrências clínicas, como o ingurgitamento mamário. Ainda, mães que desmamaram precocemente justificaram tal fato por motivos de ordem econômica, experiências negativas em amamentação prévia ou ênfase especial à dor associada ao ingurgitamento mamário e às fissuras mamilares (CEZARIO *et al.*, 2017). Nesse sentido, pais cegos demandam rede adequada de apoio e isso inclui o acesso à informação de qualidade e preparo humanizado do profissional de saúde.

Por fim, cabe destacar que muitos profissionais não estão preparados para o acolhimento ou aconselhamento no contexto da deficiência. Machado (2010) evidenciou que as mulheres com deficiência visual não recebiam informações sobre amamentação ou cuidados com a

criança no pré-natal e muitas informaram que os profissionais de saúde constantemente solicitavam a presença de acompanhantes nas consultas, justamente por não se sentirem preparados para a consulta. Corroborando com esse contexto, evidencia-se a escassez de estudos científicos, protocolos, materiais de formação ou cursos de capacitação que visem abordar tais aspectos complexos e individuais, no contexto da proteção e promoção do aleitamento materno na mulher com deficiência.

3.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O CONTEXTO DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA A PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO NO BRASIL

Como elucidado anteriormente, para que haja uma assistência de qualidade para as mulheres com deficiência na rede de saúde, é necessário que o processo de formação dos profissionais contemple e aborde de forma eficiente a inclusão. Contudo, as Resoluções CNE/CES Nº 1.133/2001, de 7 de agosto de 2001, CNE/CES No 5, de 7 de novembro de 2001, CNE/CES 2, de 19 de fevereiro de 2002 e CNE/CES nº 4, de 7 de novembro de 2001 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação (DCN) respectivamente em Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Medicina, não trazem como obrigatoriedade, conteúdos relacionados aos cursos e o seu papel de inclusão (BRASIL, 2001a; BRASIL, 2001b; BRASIL, 2002; BRASIL, 2001c). Com isso, a abordagem desta temática não está presente nos currículos da maior parte das Instituições de Ensino Superior (IES) do país, sejam elas públicas ou privadas. Assim, a formação profissional fica limitada no seu campo de atuação, e, torna ineficaz ou inadequado o atendimento às pessoas com necessidades especiais (ALVES, 2022).

Em relação ao aleitamento materno, o profissional de saúde tem papel muitas vezes decisivo, podendo ser ele quem irá garantir a prática para mãe e bebê. Uma formação que aborde o assunto é de suma importância, de forma a preparar profissionais aptos para esse cenário tão importante para a saúde pública.

Vários estudos mostram a necessidade de uma capacitação específica e periódica na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, para auxiliar no encorajamento e na sustentação de políticas e protocolos nas instituições de saúde (JESUS, 2016). A maior parte da formação profissional acontece nas disciplinas específicas de saúde da mulher e criança, que devem favorecer o referencial teórico científico do aleitamento materno, no contexto atualizado e embasado nas políticas públicas de humanização em saúde, preferencialmente, com intercâmbio multidisciplinar.

Além disso, no Brasil, a formação profissional voltada às necessidades sociais vem experimentando mudanças. Atualmente, a Universidade é formada pela base do ensino, pesquisa e extensão, sendo a extensão universitária aquela que compreende a integração entre a comunidade universitária e a sociedade, normalmente sob a forma de programas, projetos ou ações. Assim, a extensão muitas vezes identifica as demandas sociais, sendo capaz de atuar na formação atualizada do futuro profissional (PIMENTEL *et al.*, 2015; SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016).

Por fim, a formação profissional em saúde conclui o intercâmbio da teoria com a prática na vivência dos estágios supervisionados, regulamentados pelo parecer nº 21, de 2001 do Conselho Nacional de Educação. A experimentação da prática pode permitir de maneira singular uma reflexão sobre as atividades da futura profissão, possibilitando um processo de ensino-aprendizagem. Portanto, os estágios proporcionam ao aluno o relacionamento com outros profissionais de saúde e realidades sociais vivenciadas pela população brasileira (PIMENTEL *et al.*, 2015; BRASIL, 2001d).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E REFLEXÕES CRÍTICAS

Ao longo da realização desta revisão, notou-se que ainda são escassos os estudos relacionando mulheres com deficiência e aleitamento materno no Brasil. Um aspecto relevante encontrado foi o despreparo de profissionais para acolher ou aconselhar (adequadamente) a mulher que amamenta, mas que possui alguma deficiência. Tal conjuntura pode ser reflexo de uma lacuna existente no próprio processo de formação e capacitação profissional durante a graduação. Considera-se, ainda, que o desenvolvimento de pesquisas a respeito dos profissionais de saúde em formação é de grande importância para se ter um panorama do que a graduação vem oferecendo dentro desta temática e o que pode ser adicionado, visando a construção de um profissional apto para atuar de forma inclusiva na promoção da saúde.

No que tange ao Centro Multidisciplinar de Macaé – UFRJ, apesar do conteúdo teórico do aleitamento materno ser abordado em disciplinas específicas dos cursos das áreas da saúde e aprimorado na vivência prática com os estágios supervisionados e inúmeros projetos de extensão, entende-se que estes ainda não são suficientes para uma formação integral em aleitamento materno, principalmente quando inserido no contexto da deficiência. Assim, estratégias para inclusão precisam ser pensadas, para que os discentes (futuros profissionais) possam ter contato com o tema e coloquem em prática, ainda durante sua formação, as habilidades inclusivas, que sejam capazes de proteger e apoiar a mulher que amamenta e que

possui alguma deficiência. Desse modo, compreende-se que a formação será, de fato, integral, hábil e capaz de fortalecer os sistemas de saúde, com efetiva promoção do aleitamento materno e consequente melhoria dos indicadores de saúde materno infantil no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; LUZ, S.; UED, F. Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa de literatura. **Revista Paulista de Pediatria** [Internet]. 2015; 33(3):355-362. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpp/a/Sq6HBvvD77MyBDKvXwTmNrQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Out. 2021.

ALVES, A.; OLIVEIRA, M.; MORAES, J. Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação e sua relação com o aleitamento materno exclusivo. **Revista de Saúde Pública** [Internet]. 2013; 47(6):1130-1140. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/jGrNdXxdkS9L7D5L8HLz6Zn/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em: Nov. 2021.

ALVES, B.G.T. Análise da seletividade alimentar em crianças com transtorno do espectro autista de um movimento social de Macaé: possibilidades e desafios na atuação do nutricionista. Macaé. Monografia [Graduação em Nutrição] - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé, Macaé, 2022.

BRASIL. Cadernos de Atenção Básica (nº 23) – **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 2ed. p. 184 ISBN 978-85-334-2290-2

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição** (Internet). Portal.mec.gov.br. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>>. Acessado em: Jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição** (Internet). Portal.mec.gov.br. 2001 [citado em 6 de julho de 2022]. Disponível em: CES05.doc (mec.gov.br). Acessado em: Jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia** (Internet). Portal.mec.gov.br. 2002. Disponível em: CES022002.doc (mec.gov.br). Acessado em: Jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina** (Internet). Portal.mec.gov.br. 2001. Disponível em: CES04.doc (mec.gov.br). Acessado em: Jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena** (Internet). Portal.mec.gov.br. 2001. Disponível em: Parecer CNE/CP nº 21, de 6 de agosto de 2001 (mec.gov.br). Acessado em: Jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Iniciativa Hospital Amigo da Criança, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006**: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança/ Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 1060, DE 5 DE JUNHO DE 2002** [Internet]. Bvsmis.saude.gov.br. 2022. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt1060_05_06_2002.html>. Acessado em: Jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde - Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

CASTANHEL, M. S D.; DELZIOVO, C. R.; ARAÚJO, L. D. **Promoção do aleitamento materno na atenção básica** [Recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/2674/pdf%20%E3%85%A4%E3%85%A4%20%E3%85%A4%E3%85%A4%20%E3%85%A4%E3%85%A4>>. Acessado em Fev. 2023.

CEZARIO, K. *et al.* Pais cegos e nutrição dos filhos: experiências e cuidados. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**. 2017; 17(6):850. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/18844/29577>>. Acessado em: Jun. 2022.

COMMODARI, E.; LA ROSA, V.; NANIA, G. Pregnancy, Motherhood and Partner Support in Visually Impaired Women: A Qualitative Study. **International Journal of Environmental Research and Public Health** [Internet]. 2022; 19(7):4308. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35409989/>>. Acessado em: Maio. 2022.

DA SILVA, J. N. "Aleitamento materno: motivos e consequências do desmame precoce em crianças." **Revista Artigos.Com**. 2020; v. 20, e4756-e4756. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/4756>>Acessado em: Fev. 2023.

DIAS, S. *et al.* Breastfeeding self-efficacy among blind mothers. **Revista Brasileira de Enfermagem** [Internet]. 2018; 71(6):2969-2973. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/reben/a/pBhdhyDZrTzWvSrJWMNBxWH/?format=pdf&lang=en#:~:text=The%20majority%20of%20the%20blind,from%2014%20to%2032%20points>>. Acessado em: Maio. 2022.

FAVARETTO, M. *et al.* Composição lipídica e proteica do leite humano pré e pós-pasteurização. **Visão Acadêmica** [Internet]. 2017; 17(4). Disponível em: <[https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/50597#:~:text=Verificou%2Dse%20diferen%C3%A7a%20significativa%20\(p,na%20composi%C3%A7%C3%A3o%20nutritiva%20do%20leite\)](https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/50597#:~:text=Verificou%2Dse%20diferen%C3%A7a%20significativa%20(p,na%20composi%C3%A7%C3%A3o%20nutritiva%20do%20leite)>. Acessado em: Maio. 2022.

GALVÃO, D. Formação em aleitamento materno e suas repercussões na prática clínica. **Revista Brasileira de Enfermagem** [Internet]. 2011; 64(2):308-314. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/CRYrWfNmW6t4DrCSz9sdJXj/?lang=pt>>. Acessado em: Nov. 2021.

INCA - Instituto Nacional de Câncer (Internet). **INCA - Instituto Nacional de Câncer**. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/>>. Acessado em: Jun. 2022.

ISAACS, E. *et al.* Impact of Breast Milk on Intelligence Quotient, Brain Size, and White Matter Development. **Pediatric Research** [Internet]. 2010; 67(4):357-362. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2939272/#:~:text=No%20significant%20relationships%20were%20seen,gender%20effects%20of%20early%20diet>>. Acessado em: Maio. 2022.

JESUS, P.; DE OLIVEIRA, M.; FONSECA, S. Impact of health professional training in breastfeeding on their knowledge, skills, and hospital practices: a systematic review. **Jornal de Pediatria** [Internet]. 2016; 92(5):436-450. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jped/a/FNjK8GvTpnSnM78SvZb8RDd/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Jun. 2022.

MACEDO, A. B. Causas do desmame precoce em lactentes: uma revisão integrativa. **Femina**. 2022; v. 50(7):435-43. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/10/1397872/femina-2022-507-435-443.pdf>>. Acessado em: Fev. 2023.

MACHADO, M. M. T. **O amamentar para mães com necessidades especiais: mães cegas**. In: MACHADO, Márcia Maria Tavares (Org.). *Mães cegas que o SUS não vê: O amamentar para mães com necessidades especiais*. Santos, SP: IBFAN, 2010, p. 2-20. Disponível em: <<http://www.ibfan.org.br/documentos/outras/doc-467.pdf>>. Acessado em: Jun. 2022.

OLIVEIRA, P. *et al.* Amamentação: validação de tecnologia assistiva em áudio para pessoa com deficiência visual. **Acta Paulista de Enfermagem** [Internet]. 2017; 30(2):122-128. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3070/307053014003/307053014003.pdf>>. Acessado em: Jun. 2022.

PANG, W. *et al.* Nutrients or nursing? Understanding how breast milk feeding affects child cognition. **European Journal of Nutrition** [Internet]. 2019; 59(2):609-619. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30809702/>>. Acessado em: Maio. 2022.

PESQUISA Nacional de Saúde, 2019, Ciclos de Vida, Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE,

2021. p. 139 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf>>. Acessado em: Fev. 2023.

PESSOAS com Deficiência [Internet]. **IBGE Educa Jovens**. 2010. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-obrasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acessado em: Nov. 2021.

PIMENTEL, E. *et al.* Ensino e Aprendizagem em Estágio Supervisionado: Estágio Integrado em Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica** [Internet]. 2015; 39(3):352-358. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/NNVYqMTSkCBsPXXQHTcWZLL/>>. Acessado em: Jun. 2022.

SANTOS, J.; ROCHA, B. E; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação No Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, [Internet]. 2016; 7(1), pp. 23-28. Disponível em: <<https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087/pdf>>. Acessado em: Jun. 2022.

SCHILDBERGER B, ZENZMAIER, C., KÖNIG-BACHMANN, M. Experiences of Austrian mothers with mobility or sensory impairments during pregnancy, childbirth and the puerperium: a qualitative study. **BMC Pregnancy and Childbirth** [Internet]. 2017; 17(1). Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5485540/>>. Acessado em: Maio. 2022.

THOMAZ, E. *et al.* Acessibilidade no parto e nascimento a pessoas com deficiência motora, visual ou auditiva: estrutura de estabelecimentos do SUS vinculados à Rede Cegonha. **Ciência e Saúde Coletiva** [Internet]. 2021; 26(3):897-908. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/DDrgdhXFm4bSKJJvY4sFF4S/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em: Jun. 2022.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil** – Resultados preliminares [Internet]. ENANI-2019. Disponível em: <<https://enani.nutricao.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio-preliminar-AMSite.pdf>>Acessado em: Maio. 2022.

VICTORA, C. *et al.* Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effect. **The Lancet** [Internet]. 2016; 387(10017):475-490. Disponível em: <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v25n1/Amamentacao2.pdf>>. Acessado em: Nov. 2021.